

**RE no ARE no RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL  
Nº 1.152.758 - RJ (2017/0203236-3)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**RECORRENTE** : MARCO ANTONIO DO NASCIMENTO  
**ADVOGADO** : MARCO ANTÔNIO DO NASCIMENTO (EM CAUSA PRÓPRIA) - RJ108934  
**RECORRIDO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADOS** : SERGIO LUIZ GUIMARÃES FARIAS - DF008540  
GERSON DE CARVALHO FRAGOZO E OUTRO(S) - RJ106445  
**RECORRIDO** : ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA  
**ADVOGADO** : MARIA LUÍSA SIMÕES DIAS E OUTRO(S) - RJ064298

**DESPACHO**

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por MARCO ANTÔNIO DO NASCIMENTO contra acórdão assim ementado (fl. 3.452):

AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGOU SEGUIMENTO. SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. ART. 1.030, § 2º, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRAZO RECURSAL NÃO INTERROMPIDO. CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO. AGRADO NÃO CONHECIDO.

1. Conforme previsão do artigo 1.030, § 2º, do Estatuto Processual Civil, é cabível agravo interno/regimental contra a decisão que negar seguimento a recurso extraordinário que discuta questão constitucional na qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Excelso Pretório exarado no regime de repercussão geral.

2. A interposição de agravo em recurso extraordinário em face de decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário, nos termos do artigo 1.030, inciso I, alínea "a", do Código de Processo Civil, evidencia a ocorrência de erro grosseiro, a impossibilitar a aplicação do princípio da fungibilidade recursal ao caso.

3. Tratando-se de recurso manifestamente incabível, que não suspende nem interrompe o prazo para a interposição de outro recurso, verifica-se a ocorrência do trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário.

4. Agrado em recurso extraordinário não conhecido.

Alega o recorrente que há repercussão geral e que não é aplicável o Tema 181/STF.

Não há nada a prover.

O trânsito em julgado nos presentes autos, devidamente certificado (fl. 3.462), ocorreu em 24 de setembro de 2018, justamente em consequência do que decidido no julgado agora atacado, sendo, portanto, de descabimento este recurso (protocolado em 29 de novembro 2018) ou qualquer outro pedido neste processo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

É preciso entender que o processo tem um fim, que os recursos não são infinitos, ainda mais em se tratando de um novo extraordinário, da mesma parte e no mesmo processo.

Feitas essas considerações, **fica determinado o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente

